

Um desgaste atrás do outro

Há dois anos, a Câmara dos Deputados dominava as manchetes dos jornais com a crise do mensalão. Na Casa ao lado, o Senado assistia de camarote. Agora, veio o troco. A Câmara não esconde a satisfação de ver a artilharia focada nos senadores. A absolvição de Renan Calheiros (PMDB-AL) levantou questionamentos sobre o papel do Senado. Aos 181 anos, a Casa que tem a missão de representar no Congresso o interesse dos estados estaria cumprindo seu papel? Na opinião de Roberto Romano, professor de ética e filosofia política da Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo, a resposta é negativa.

Para ele, o Senado guarda resquícios do Império, quando o chefe do Estado, o imperador, via na Casa um representante de seus interesses legislativos. "O Senado se transformou numa instituição das oligarquias regionais interessadas em reivindicar ao chefe do Estado recursos para seus estados", diz. "O Senado nunca teve a plenitude de reunir os estados soberanos. Virou um lugar de mensageiros das oligarquias", ressalta.

O Senado representa um gasto anual em torno de R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos. Disso, R\$ 2 bilhões apenas com folha de pagamento de ativos, inativos e pensionistas. Além do salário de R\$ 16,5 mil, um senador é regado de benefícios. Recebe uma verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais para gastos com escritório político, auxílio moradia de R\$ 3,8 mil por mês, direito a 11 funcionários no gabinete (o maior salário chega a R\$ 9 mil), R\$ 500 de conta telefônica residencial, passagem aérea, entre outras coisas.

Pouco antes da absolvição de Renan, o presidente do PT, deputado

Ricardo Berzoini (SP), provocou os senadores. No congresso do partido, o deputado chegou a sugerir a discussão sobre a extinção do Senado. Proposta um tanto inócua, porque dependeria de uma emenda constitucional que precisaria ser votada pela Câmara e por quem mais? O próprio Senado. Pressionado pelos 81 senadores, sendo 12 petistas, Berzoini tentou consertar. Mas era tarde. "Isso é uma bofetada na cara", disse em plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Ontem, Renan repudiou a sugestão de Berzoini. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, o senador disse que "vozes isoladas" defendem a extinção da Casa. "Quando vozes isoladas querem falar mais alto que a legitimidade popular, na ânsia de abalar e enfraquecer instituições democráticas, o que está em jogo são os pilares de nossa Constituição", afirmou.

“
**O SENADO SE
 TRANSFORMOU NUMA
 INSTITUIÇÃO DAS
 OLIGARQUIAS
 REGIONAIS
 INTERESSADAS EM
 REIVINDICAR AO
 CHEFE DO ESTADO
 RECURSOS PARA
 SEUS ESTADOS**”

*Roberto Romano, professor
 de ética e filosofia política
 da Unicamp*

Paim

Por ironia da política, é de um senador a única proposta no Congresso que trata do fim do Senado. Em 1991, o então deputado Paulo Paim (PT-RS) propôs a criação do sistema unicameral. A idéia era transformar senadores em deputados e manter apenas uma Casa legislativa. A proposta nasceu morta. Ficou apenas nos arquivos da Câmara. Hoje, agora senador, Paim mudou de idéia. E defende o Senado com unhas e dentes. "Quando cheguei ao Senado, tinha a visão de que era uma Casa conservadora. Sempre me disseram que meus projetos não passariam aqui. Mas vejo que aprovei muito mais coisas aqui do que na Câmara. O Senado cumpre seu papel", diz.

Há na Câmara pelo menos 22 propostas que alteram regras no Senado. A maioria trata da redução do tempo de mandato, do número de senadores e da suplência de cada um. Hoje, um senador tem oito anos de mandato. São 81 no total, sendo três por estado. Dois são eleitos numa eleição e outro, quatro anos depois.

A polêmica sobre a suplência, aliás, aumenta a cada dia. Atualmente, quando um senador se afasta do mandato ou renuncia, assume alguém indicado por ele mesmo antes das eleições. Ou seja, uma pessoa sem qualquer voto. Diferentemente da Câmara, onde o suplente faz parte da lista de candidatos que perderam a eleição. Hoje, há 13 senadores nessa situação, pouco mais de 15% do Senado. E alguns já tiveram seus 15 minutos de fama, como Sibá Machado (PT-AC) e Wellington Salgado (PMDB-MG). (LC)

